

*Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas**

*Rosa Moura***

*Marisa Valle Magalhães****

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais sofreram os impactos do processo de urbanização. Em apenas vinte anos, seu grau de urbanização dobrou de 36% para 73%, embora o acelerado ritmo de crescimento da população urbana nos anos 70, de 6,0% a.a., não tenha se repetido no decênio seguinte, declinando para 3,0% a.a. Mudanças estruturais na base da economia estadual resultaram em intensos movimentos migratórios, ora em direção a fronteiras agrícolas externas ao Estado, ora em busca de opções no mercado de trabalho urbano, paranaense ou fora dele. A rapidez – praticamente uma década – e a intensidade dessa urbanização deram origem a uma nova configuração espacial na rede urbana do Paraná.

CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO DO ESTADO

Um dos aspectos mais importantes da dinâmica demográfica do Paraná neste século associa-se à preponderância dos movimentos migratórios na conformação do perfil populacional do Estado, condicionando, de forma determinante e diferenciada ao longo do tempo, ritmos de crescimento, composição da população segundo características específicas e padrões de localização espacial das pessoas.

**Este artigo busca aprofundar reflexões e detalhar procedimentos metodológicos apresentados em MAGALHÃES, Marisa V. O Paraná e as migrações - 1940 a 1991. Belo Horizonte, 1996. Item 3.1, p.78-87. Dissertação (Mestrado) UFMG/CEDEPLAR*

*** Geógrafa, pesquisadora do IPARDES.*

**** Socióloga, pesquisadora do IPARDES.*

Nesse contexto, o processo de urbanização adquire cada vez mais um papel de destaque na complexa teia de processos subjacentes à dinâmica do Estado. Na etapa de maior adensamento demográfico do Paraná, que compreende as décadas de 40 a 60, os grandes fluxos migratórios interestaduais predominavam sobre os movimentos internos, sendo que o principal destino de ambos eram as áreas rurais. A vigorosa expansão da fronteira agrícola estadual detonava o surgimento e a ampliação de centros urbanos que passavam a funcionar estreitamente vinculados ao dinamismo da atividade rural e por ele impulsionados.

Os anos 70 estabelecem um novo marco no curso das tendências urbanas. O ritmo e o padrão da urbanização passam a ser definidos “pela quebra da hegemonia da economia agrícola, com o setor industrial assumindo paulatinamente o papel dinamizador no processo de modernização das atividades produtivas, redefinindo a distribuição espacial da população”.¹ Sob o enfoque dos movimentos migratórios, os fluxos de saída para além das fronteiras estaduais adquirem peso, assim como os deslocamentos internos, claramente destinados às áreas urbanas.

Nesse período mais recente, três processos emergem ou ganham contornos mais nítidos na configuração do perfil de urbanização do Estado.² Em primeiro lugar, a tendência ao aumento do grau de urbanização das municipalidades propaga-se por todo o território, acarretando para o conjunto do Estado a superação da marca dos 50% de população residindo nas cidades. Paralelo a este movimento de horizontalização urbana, eleva-se, em termos absolutos e relativos, o número de centros com mais de vinte mil habitantes em todas as regiões do Paraná (tabela 1). Centros desse porte freqüentemente dispõem de razoável infra-estrutura de bens e serviços, de tal modo que, mesmo polarizando áreas onde predominam atividades agrícolas, apresentam um dinamismo relativamente autônomo e de efeitos multiplicadores.

TABELA 1 - POPULAÇÃO URBANA E DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO ESTRATO DE TAMANHO - PARANÁ - 1970/1991

ANO	POPULAÇÃO URBANA			DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS			PARTICIPAÇÃO %			
	Até 20 000 (A)	De 20 000 e Mais (B)	TOTAL (C)	Até 20 000 (D)	De 20 001 e Mais (E)	TOTAL (F)	A/C	B/C	D/F	E/F
1970	1 074 195	1 430 183	2 504 378	289	19	288	42,9	57,1	93,4	6,8
1980	1 317 587	3 154 974	4 472 561	250	40	290	29,5	70,5	88,2	13,8
1991	1 631 831	4 586 122	6 197 953	274	49	323	26,3	73,7	84,8	15,2

FONTE: Para 1970 e 1980: IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. *Projeção...*, tabela A.7; para 1991: Censo Demográfico - IBGE

¹ IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. *Projeção da população dos municípios do Paraná de 1990 a 2010: primeira fase - avaliação da projeção para 1985 e 1990 - análise retrospectiva e prospectiva*. Curitiba: IPARDES, 1992. v.1., p.55. Convênio FINEP, IPARDES. Documento interno, não publicado.

² Os dados censitários que subsidiam as análises relativas ao meio urbano referem-se, em geral, à população urbana do município, ainda que os municípios com freqüência apresentem mais de um aglomerado urbano (área urbana isolada, vila ou cidade, de acordo com a delimitação definida em postura municipal na ocasião do recenseamento). No presente artigo, os conceitos população urbana do município, centro urbano e cidade são considerados equivalentes.

Um segundo processo ganha nitidez com a intensificação dos deslocamentos populacionais, tanto os de origem rural quanto os que procedem do próprio meio urbano em direção aos centros urbanos maiores (mais de 50 mil habitantes), provocando o crescimento absoluto e relativo destes últimos, bem como o incremento significativo do contingente de população urbana que concentram (tabela 2).

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO ESTRATO DE TAMANHO - PARANÁ - 1970/1991

ESTRATO DE TAMANHO	POPULAÇÃO URBANA					
	1970		1980		1991	
	Número	%	Número	%	Número	%
1 a 2 000	131 487	5,3	73 483	1,6	51 101	0,8
2 001 a 5 000	312 036	12,5	314 851	7,0	412 291	6,7
5 001 a 10 000	264 052	10,5	403 758	9,0	504 890	8,1
10 001 a 20 000	366 620	14,6	525 495	11,8	663 549	10,7
20 001 a 50 000	416 875	16,6	787 981	17,6	818 512	13,2
50 001 e mais	1 013 308	40,5	2 366 993	53,0	3 747 610	60,5
TOTAL	2 504 378	100,0	4 472 561	100,0	6 197 953	100,0

FONTE: Para 1970 e 1980: IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. *Projeção...*, tabela A.9; para 1991: Censo Demográfico - IBGE

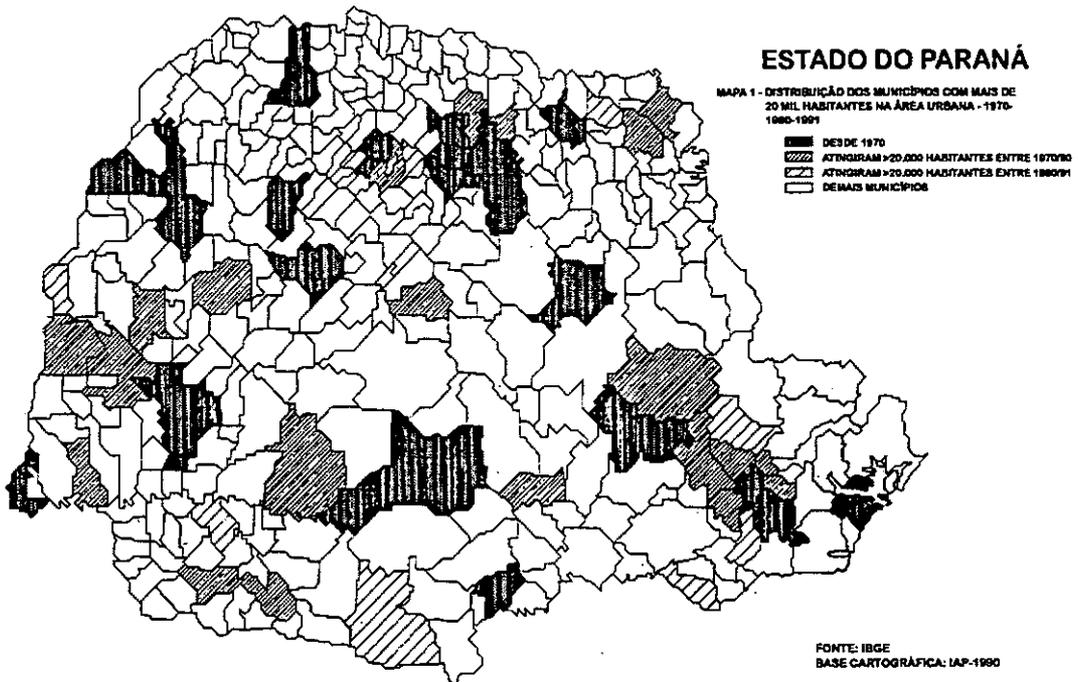
Em terceiro lugar, concomitantemente ao movimento concentrador em cidades maiores, observa-se a formação de aglomerações urbanas em pontos específicos do território, delimitando uma concentração espacial da urbanização.

A espacialidade desses processos vai construindo, ao longo das décadas, a distribuição de pólos em toda a extensão geográfica do Estado (mapa 1). Em 1970, as 19 cidades paranaenses com mais de 20 mil habitantes correspondiam exatamente aos pólos regionais hoje consolidados. São José dos Pinhais, único município dessa relação que não exerce polaridade regional, já na época prenunciava o início da conurbação com Curitiba.³

A partir de 1980 aumenta para 40 o número de centros com mais de 20 mil habitantes. Nesse incremento, além da agregação de novos pólos de importância regional ou sub-regional, emergem os municípios periféricos a Curitiba, consolidando sua área metropolitana, e os periféricos a Londrina, anunciando a formação de uma aglomeração urbana no norte do Estado.

Em 1991, nove municípios passam a fazer parte deste rol, trazendo como principais modelações a expansão da área metropolitana de Curitiba nas direções norte e sul, a consolidação das aglomerações urbanas de Londrina e de Maringá e a definição de novos pólos regionais e sub-regionais nas demais regiões do Estado.

³ O mapa apresentado ao final deste texto permite a localização visual dos municípios do Paraná.



O crescimento da população desses centros ao longo do período implicou também uma expansão física da ocupação. As cidades paranaenses passaram a caracterizar-se por apresentarem diversas formas de construção e reprodução do espaço, tais como:

- a) densificação das áreas centrais com verticalização, horizontalização da ocupação introduzindo periferias distantes, na maioria das vezes permeadas por vazios, e expansão de perímetros urbanos sobre áreas rurais circundantes;
- b) configuração de *continuums* urbanos de elevada complexidade e importância e com alta densidade de ocupação, como o metropolitano de Curitiba, conformando um eixo de estreitas relações com o litoral, Ponta Grossa e Castro, e outro no norte do Estado, amalgamando os aglomerados de Londrina e Maringá com as cidades de Rolândia, Arapongas e Apucarana, apontando um vetor de ocupação futura ao longo da ligação Londrina/Cornélio Procópio;
- c) configuração de aglomerações interestaduais – como Rio Negro (PR) e Mafra (SC), e União da Vitória (PR) e Porto União (SC), que formam espaços urbanos comuns – e aglomerações internacionais – como Foz do Iguaçu, que se

conjuga com Ciudad del Este, no Paraguai, e estreita fortes vínculos de relações funcionais com Puerto Iguazú, na Argentina, com a qual não forma continuidade devido à presença do Parque Nacional do Iguaçu.

Esse cenário de aglomerações que desenha a ocupação do Estado traz como conseqüências, por um lado, a diminuição da distância média entre as moradias e os centros de serviços complexos e especializados e um mercado potencial de trabalho mais diversificado. Por outro lado, a reunião de várias unidades administrativas (municípios, estados ou países) em manchas contínuas de ocupação provoca a complexificação da gestão desses espaços, dada a fragmentação de governos locais e de interesses de múltiplos agentes e a inexistência de estatutos formais adequados à gestão de funções públicas de interesse comum ou ainda a ausência de uma prática de ação articulada regionalmente.

Outro panorama marcante são os eixos de intensa ocupação que não resultam em continuidade das manchas urbanas, como o da rota da BR 277 – que corta o Estado linearmente no sentido leste-oeste, unindo Paranaguá a Foz do Iguaçu –, formado por Irati, Guarapuava e Laranjeiras do Sul, e o eixo Extremo-Oeste Paranaense, composto por Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

Cabe observar que, no decorrer dos dois últimos decênios, nenhum dos centros urbanos citados perdeu população – seja em decorrência de processos migratórios ou de desmembramentos – de modo a terem que ser alocados no estrato inferior (com população inferior a 20 mil habitantes).

DINÂMICA DA CONCENTRAÇÃO URBANA

O reforço do crescimento dos centros urbanos maiores e concentração espacial em aglomerações urbanas são tendências que se associam estreitamente aos condicionantes da concentração das atividades econômicas.

De fato, a distribuição populacional costuma acompanhar, grosso modo, a distribuição espacial de atividades econômicas; esta determina a localização das melhores oportunidades de trabalho e, portanto, das melhores condições de renda. Como isto, por sua vez, determina as possibilidades de alcançar uma melhor qualidade de vida para a população, é normal que as migrações se dirijam, preferencialmente, para regiões de maior dinamismo econômico.⁴

É importante salientar que essas características, que vão conferindo uma nova feição ao padrão de urbanização paranaense, não

⁴ MARTINE, George. *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações*. Brasília: Instituto SPN, 1992. p.5.

contrastam com as transformações do processo de urbanização brasileiro vigente nos últimos 60 anos.⁵ A singularidade do fenômeno no Paraná prende-se à velocidade e intensidade com que as transformações se operaram. Se em 1970 dois terços da população compunham o contingente rural do Estado, duas décadas após quase três quartos da população residiam no meio urbano, e a rede de cidades, ao longo deste período, ganhou contornos mais complexos em termos de funcionamento, hierarquização e estrutura.

A compreensão da dinâmica de crescimento da população urbana dos municípios, segundo estratos de tamanho, recomenda o enfoque de coorte, uma vez que, ao longo do tempo, o rol de cidades que integram cada um dos estratos se altera exatamente devido ao crescimento ou decréscimo dos contingentes populacionais, provocando entradas e saídas de centros urbanos nas diversas faixas, entre um período e outro. A análise de coorte possibilita, assim, a identificação dos diferenciais de ritmos de incremento populacional verdadeiramente experimentados entre os diversos tamanhos de cidades no transcorrer do tempo.

Para empreender essa análise é necessário que, dados dois censos, seja fixada “a estrutura de população urbana estratificada segundo tamanhos de cidades no primeiro censo [pesquisando-se] no segundo censo o contingente de população urbana recenseado naqueles centros, independente do estrato de tamanho ao qual eles passem a pertencer, no segundo censo”.⁶ Além disso, para os propósitos do presente exercício, é preciso que, entre um censo e outro, haja compatibilidade entre o número de municípios existentes no Estado. No caso de municípios que sofreram desmembramentos no período intercensitário, utiliza-se o artifício simples de agregar no segundo censo os contingentes dos municípios desmembrados aos de seus respectivos municípios de origem, replicando, assim, a mesma divisão territorial dos municípios indicada no primeiro censo.

São reveladores os resultados do tratamento por coorte aplicado aos centros urbanos pertencentes ao estrato de tamanho de mais de 50 mil habitantes, fixada a estrutura de 1970 – primeiro período: 1970-80 – e a de 1980 – segundo período: 1980-91 (tabela 3). Percebe-se que o ritmo de crescimento das localidades urbanas mais populosas permanece elevado, embora com tendência declinante entre um decênio e outro. Acompanhando a evolução apenas dos cinco municípios de 1970 – Curitiba, Londrina, Maringá, Paranaguá e Ponta Grossa – ao longo do período em análise observa-se que o elevado ritmo de incremento de 5,2% a.a. no intervalo 1970-80 declina para 2,5% a.a. entre 1980-91.

⁵ Inúmeros são os estudos que focalizam a evolução da população brasileira e as principais tendências do processo de urbanização. Ver, por exemplo: FÁRIA, Vilmar E. *Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas*. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n.29, p.98-119, mar.1991; DINIZ, Clélio C.; MARTINE, George. *Concentração econômica e demográfica no Brasil: inversão recente de padrões históricos*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.11, n.3, p.121-134, jul. 1991; MARTINE, George. *A evolução espacial da população brasileira*. In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro Luís B. (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Ed. da UNESP, 1995. p.61-91; 270-275. (*Federalismo no Brasil*).

⁶ MAGALHÃES, O. *Paraná...*, p.81.

TABELA 3 - INDICADORES RELATIVOS À ANÁLISE POR COORTE DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES URBANOS - PARANÁ - COORTES 1970/1980 E 1980/1991

INDICADOR	1970		1980		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%) 1970/1980		1991		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%) 1980/1991	
	TOTAL	Excluí RMC	TOTAL	Excluí RMC	TOTAL	Excluí RMC	TOTAL	Excluí RMC	TOTAL	Excluí RMC
Municípios > 50 000 desde 1970										
Número de Municípios	5	4	5	4			5	4		
População Urbana	1 013 308	428 827	1 897 818	672 641	5,2	4,5	2 232 150	917 115	2,5	2,8
Municípios que Atingem 50 000 entre 1970-80										
Número de Municípios	-	-	9	6			8	6		
População Urbana	249 708	215 028	669 377	496 067	9,9	8,4	1 051 617	737 854	4,1	3,6
Total de Municípios > 50 000 em 1980										
Número de Municípios	-	-	14	10			14	10		
População Urbana	1 263 018	643 855	2 366 993	1 189 308	6,3	6,0	3 283 767	1 655 069	3,0	3,2
Municípios que Atingem 50 000 entre 1980-91										
Número de Municípios	-	-	-	-			8	5		
População Urbana	141 386	115 698	313 181	221 588	6,0	6,5	500 017	332 783	4,3	3,7
Total de Municípios > 50.000 em 1991										
Número de Municípios	-	-	-	-			22	15		
População Urbana	1 404 402	759 553	2 680 184	1 390 907	6,7	6,2	3 783 784	1 987 852	3,2	3,3

FONTE: IPARDES

NOTA: Dados brutos extraídos do Censo Demográfico - IBGE

A análise desse conjunto de municípios excluindo-se Curitiba demonstra que na primeira década o pólo principal condicionou o ritmo de crescimento mais elevado do grupo, ao passo que no decênio seguinte foram os demais municípios-pólo que cresceram com maior vigor.

Assim, o gradiente de declínio entre o conjunto de municípios, incluindo Curitiba, é muito significativo, uma vez que a partir de 1980 a capital do Estado passa a apontar taxas de crescimento substancialmente decrescentes – de 5,8% a.a. nos anos 70 para 2,7% a.a. na década de 80. Este pólo metropolitano reproduz o fenômeno que se verifica nas demais regiões metropolitanas brasileiras: após um processo de crescimento concentrado na cidade pólo, essas regiões passam a ter intensificado o crescimento dos demais municípios.

No caso da RMC, entre 1970 e 1980, a ocupação delineia um caminho que percorre inicialmente os municípios limítrofes, prosseguindo para os mais distantes entre 1980 e 1991. Tal ocupação foi condicionada por vários fatores, dentre os quais: o elevado preço do solo em Curitiba; as restrições impostas pelas legislações de uso e ocupação; as legislações de uso do solo flexíveis nos demais municípios; a grande oferta de lotes populares em porções territoriais

contíguas aos limites administrativos de Curitiba, muitas vezes localizados nas áreas de mananciais de abastecimento hídrico, cujo parcelamento foi aprovado antes da vigência da Lei Federal 6.766/79;⁷ e o acesso ao sistema viário. Como nos demais centros metropolitanos, esses fatores induziram o extravasamento da ocupação para além das fronteiras da metrópole, configurando periferias que expressam a segregação espacial e social da população.

A análise por coorte relativa ao comportamento do estrato de cidades que abrigam mais de 50 mil habitantes urbanos só se complementa, entretanto, com a observação das tendências de crescimento experimentadas pelos municípios que, no transcorrer de cada um dos períodos, ingressaram nesse grupo (*ver* tabela 3).

Constata-se que os centros urbanos que migram das faixas inferiores para o estrato superior apresentam ritmos mais acelerados de incremento populacional, revelando um padrão de crescimento dos centros maiores relativamente desconcentrado.⁸ Dentre estes, destacam-se, no primeiro intervalo, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais e, no segundo, Almirante Tamandaré, Araucária e Campo Largo, todos integrantes da RMC e objeto da periferização da ocupação do pólo (tabela 4). Foz do Iguaçu, que também experimenta taxas de crescimento elevadas em ambos os períodos, tendo sediado, no final dos anos 70, as obras da barragem da hidrelétrica de Itaipu, triplicou seu volume de população em poucos anos. Nesse conjunto de municípios, a intensidade e a velocidade do crescimento populacional provocam um grande impacto nas estruturas urbanas instaladas, criando quadros de carência visível quanto a serviços de infra-estrutura.

Para os municípios que se inserem no estrato de mais de 50 mil habitantes urbanos entre 1980 e 1991, a intensidade do crescimento também é elevada, principalmente entre os que fazem parte da área metropolitana. É nesse sentido que o caráter concentrador ainda se revela mais presente com relação à dinâmica espacial da urbanização, destacando-se nesse particular a RMC, sem dúvida o principal pólo de atração populacional do Estado nas últimas décadas – nos anos 70 Curitiba foi a região metropolitana que mais cresceu no País (5,8% a.a.). Em que pese o declínio do ritmo de crescimento para 3,0% a.a. no período seguinte, ainda assim cresce a participação dessa região na população total do Estado, de 19% em 1980 para 24% em 1991.

⁷ Lei que regulamenta, dentre outros, o parcelamento do solo urbano.

⁸ Recentes tendências de desconcentração do crescimento urbano em outras áreas brasileiras têm sido apontadas por especialistas no tema. Cf. DINIZ; MARTINE. *Concentração econômica... e MARTINE. A evolução espacial...*

TABELA 4 - INDICADORES DOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO URBANA SUPERIOR A 50 MIL HABITANTES - PARANÁ - COORTES 1970/1980 E 1980/1991

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA			TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)	
	1970	1980	1991	1970/1980	1980/1991
Com mais de 50 000 habitantes desde 1970					
Curitiba	584 481	1 024 975	1 315 035	5,8	2,3
Londrina	183 528	266 940	366 676	5,0	2,9
Maringá	100 100	160 689	234 079	4,9	3,4
Paranaguá	52 125	72 068	94 689	3,3	2,5
Ponta Grossa	113 074	172 948	221 671	4,3	2,3
Atingem 50 000 habitantes entre 1970 e 1980					
Apucarana	43 573	67 181	86 078	4,4	2,3
Cascavel	34 961	123 698	177 786	13,5	3,7
Colombo	1 092	54 979	110 273	48,0	6,3
Foz do Iguaçu	20 147	101 330	186 385	17,5	6,3
Guarapuava	43 264	89 651	116 210	7,8	2,7
Pernambucá	39 309	54 666	64 354	3,4	1,5
Piraquara	12 113	60 927	91 438	17,5	3,7
São José dos Pinhais	21 475	58 804	111 952	10,2	6,2
Umuarama	33 774	58 861	77 541	5,9	2,4
Atingem 50 000 habitantes entre 1980 e 1991					
Aimorés Tamandaré	4 288	27 063	58 080	20,2	7,1
Arpongas	36 609	48 213	60 025	2,8	2,0
Arucária	5 473	27 128	54 262	17,4	6,3
Cambé	13 510	44 803	66 817	12,7	3,6
Campo Largo	15 927	37 401	53 892	8,9	3,3
Campo Mourão	27 780	49 401	72 335	5,9	3,8
Telemaco Borba	22 813	36 188	54 649	4,7	3,8
Toledo	14 986	42 994	72 402	11,1	5,5

FONTE: IPARDES

NOTA: Dados brutos extraídos do Censo Demográfico - IBGE.

Nesse sentido, as taxas de crescimento apresentadas na tabela 3 em geral declinam ao se excluir o efeito do incremento populacional urbano dos municípios da RMC pertencentes ao estrato. A única exceção ocorre em relação ao crescimento urbano do intervalo 1980-91 dos centros já alocados na faixa superior em 1980, que é maior no interior do Estado do que na RMC, delineando, por um lado, um forte poder de atração de pólos interioranos e, por outro, desconcentração do pólo metropolitano para seus municípios limítrofes.

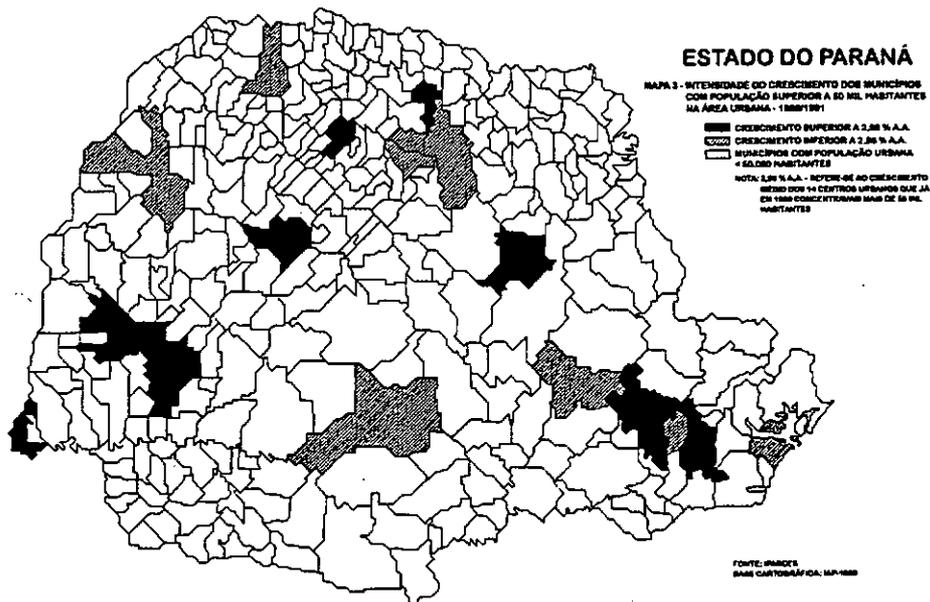
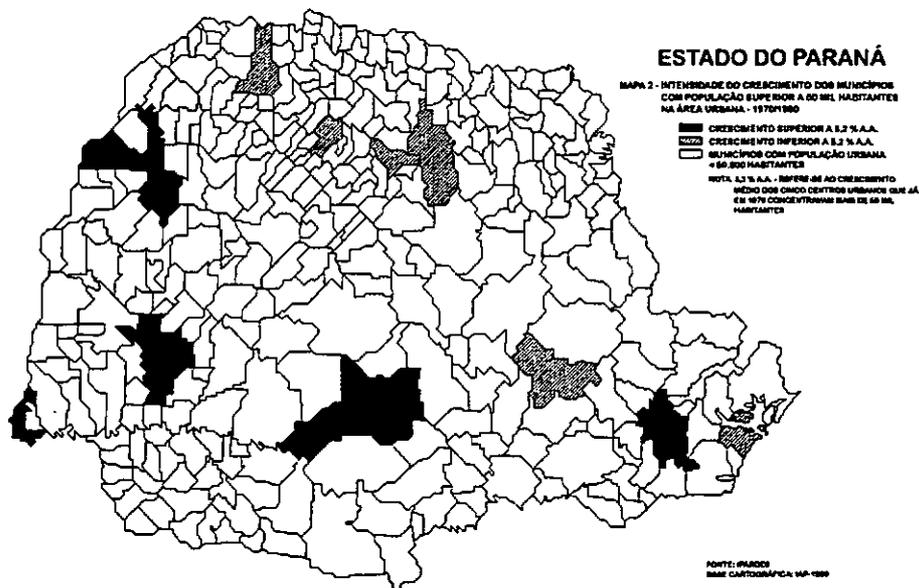
Os mapas 2 e 3 caracterizam nitidamente esses processos. Confirmam a RMC como a localização das taxas de crescimento mais elevadas da coorte superior nos dois intervalos. No primeiro período, aparecem crescendo também intensamente, com taxas superiores à média do grupo inserido na coorte, os pólos regionais do Noroeste (Umuarama) e Oeste do Estado (Cascavel e Foz do Iguaçu).

Entre 1980 e 1991, prossegue intenso o crescimento dos municípios da RMC e oeste paranaense, que passam a apresentar ritmos superiores à média do grupo inserido na coorte, municípios integrantes das aglomerações urbanas de Londrina e Maringá.

Em síntese, imbricam-se no processo de urbanização do Estado as tendências à concentração populacional em centros urbanos maiores, conjugadas à concentração espacializada em alguns pontos do território. Em 1991, a RMC detinha três dos nove municípios com mais de 100 mil habitantes urbanos. Dos oito centros que passaram a fazer parte do estrato de mais de 50 mil habitantes após 1980, três localizam-se na RMC e três pertencem à região norte, sendo dois da microrregião de Londrina. Embora as áreas urbanas no entorno de

Maringá não integrem essa faixa superior de tamanho de população, é visível a ampliação da mancha urbana nucleada por esse pólo. “Reforça-se, portanto, a polarização da urbanização do Paraná em três pontos definidos: a Região Metropolitana de Curitiba, o Norte e o Oeste, já que Toledo tende a constituir um eixo de aglomeração urbana junto com Cascavel.”⁹

⁹ MAGALHÃES, Marisa V. *A migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar. Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.14, n.11-12, p.3-9, nov./dez. 1992.*



URBANIZAÇÃO DE MÉDIAS E PEQUENAS CIDADES

As cidades de tamanho médio, com população entre 20 e 50 mil habitantes, sofrem igualmente o declínio no ritmo de crescimento da população urbana entre um período e outro, já que a taxa de 6,7% a.a. no decênio 1970-80 decresce para 2,7% a.a. entre 1980-91. Com relação ao comportamento dos números de centros que passam a integrar ou deixam de pertencer ao estrato nos dois intervalos, evidenciado pela análise de coorte, constata-se que

[...] entre 1970 e 1980, 9 centros saem do estrato de 20.001 a 50.000 para o de 50.001 e mais, e 21 cidades passam dos estratos inferiores a 20.000 para a faixa de 20.001 a 50.000. No último período, 8 cidades migram do estrato de 20.001 a 50.000 para o de 50.001 e mais, e apenas 9 ingressam no estrato intermediário. Ao que parece, na última década o patamar de cidades entre 10 e 20 mil habitantes se tornou mais difícil de transpor que na década passada.¹⁰

Os centros urbanos com até 20 mil habitantes, por sua vez, são sem dúvida alguma a grande maioria em 1991, pois representam 85% do total de centros do Paraná (tabela 5). Contudo, apenas 26% de toda a população urbana reside nesses tamanhos de cidades (ver tabela 2). Há um certo senso comum, e aparentemente os indicadores disponíveis confirmam, de que há uma relativa incapacidade de retenção de população por esses centros, com indícios, inclusive, de perda líquida migratória. Entretanto, também nesse caso a análise de coorte revelou-se instrumento esclarecedor, não confirmando os resultados (tabela 6). A fim de tentar garantir uma análise do crescimento dos pequenos centros depurando os possíveis efeitos provenientes do crescimento de grandes pólos próximos, isolou-se o máximo possível a influência de alguns pólos e de seus municípios periféricos. Para tanto, as taxas de crescimento do primeiro período foram calculadas sobre os dados brutos de população urbana de 1970 estratificados após a exclusão dos contingentes de toda a RMC, assim como dos municípios de Londrina e Maringá, além de Cambé, que já naquele ano evidenciava mancha urbana em contigüidade com Londrina. Para o segundo período, o mesmo procedimento foi repetido, isolando-se também a população urbana de Ibiporã, município periférico a Londrina, e de Paiçandu e Sarandi, periféricos a Maringá.

As taxas reproduzem patamares elevados de incremento da população urbana para quase todas as faixas, em ambos os intervalos, com destaque para os centros urbanos menores, o que contradiz as hipóteses de estagnação e crescimento negativo em relação a eles.

Por outro lado, no início dos anos 80 as perspectivas de crise para a década faziam supor que em tal conjuntura a retração na oferta de

¹⁰ MAGALHÃES. A migração..., p.8.

empregos urbanos nas regiões industriais do país, e mesmo nas cidades de maior porte do Paraná, funciona[ria] como limitadora ao fluxo migratório de longa distância, privilegiando os movimentos intramunicipais e intermunicipais, porém intra-regionais. Até agora, sabe-se que a evasão de população para fora das fronteiras do Estado continua expressiva, qualificando longos deslocamentos. Se houve alguma mudança neste particular, entretanto, no que tange à migração interna, entre uma década e outra, somente [os resultados específicos sobre migração do] Censo Demográfico de 1991 poder[ão] esclarecer.¹¹

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO ESTRATO DE TAMANHO DA POPULAÇÃO URBANA - PARANÁ - 1970/1991

ESTRATO DE TAMANHO	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS					
	1970		1980		1991	
	Número	%	Número	%	Número	%
1 a 2 000	105	36,5	55	19,0	35	10,8
2 001 a 5 000	96	33,3	98	33,8	121	37,4
5 001 a 10 000	40	13,9	56	19,3	70	21,7
10 001 a 20 000	28	9,7	41	14,1	48	14,9
20 001 a 50 000	14	4,9	26	9,0	27	8,4
50 001 e mais	5	1,7	14	4,8	22	6,8
TOTAL	288	100,0	290	100,0	323	100,0

FONTE: Para 1970 e 1980: IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. *Projeção...*, tabela A.6; para 1991: Censo Demográfico - IBGE

TABELA 6 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 20 MIL HABITANTES URBANOS, POR COORTE, SEGUNDO ESTRATO DE TAMANHO - PARANÁ - COORTES 1970/1980 E 1980/1991

ESTRATO DE TAMANHO	PRIMEIRO PERÍODO	SEGUNDO PERÍODO
	1970/1980	1980/1991
1 a 2 000	5,6	3,7
2 001 a 5 000	5,5	3,1
5 001 a 10 000	5,3	2,5
10 001 a 20 000	4,6	2,0

FONTE: MAGALHÃES. *O Paraná...*, p.64

Sabe-se também que a evasão de população rural prossegue acelerada e, com isso, a despeito do crescimento generalizado das populações urbanas nos municípios do Estado, um grande número de pequenos municípios continua, na última década, apresentando valores negativos nas taxas anuais de crescimento de sua população total.

Estes municípios de pequeno porte, que representam hoje a grande maioria no universo das unidades administrativas paranaenses, certamente reforçarão sua participação até o final da década,

¹¹ IPARDES - FUNDAÇÃO
ÉDISON VIEIRA.
Projeção...
p.62-63; MAGALHÃES.
O Paraná..., p.85

devido ao processo crescente, em curso, de criação de novos municípios no Estado. Até o momento, não existem análises quanto à eficácia da gestão de unidades desse porte, sendo difícil avaliar se o surto emancipatório é benéfico à superação do quadro de carências e à consolidação do processo democrático, ou se serve apenas à concretização de interesses particulares de ordem político-eleitoral, onerando os cofres públicos com a duplicação de estruturas administrativas.

COMPORTAMENTO REGIONAL DA URBANIZAÇÃO

O avanço no meio tecnológico informacional nas comunicações e transportes implica nitidamente as possibilidades descentralizadoras por permitir a superação de obstáculos de ordem espacial nos processos de localização da atividade econômica e de decisão. A proximidade física torna-se desnecessária, o que, teoricamente, reduz a importância da aglomeração e induz a uma nova distribuição espacial da população.

Essa realidade foi perceptível nas análises da dinâmica demográfica das últimas décadas em vários países. Nos Estados Unidos, a população que residia fora das áreas centrais nos anos 80 chegou a 75% e a população rural apresentou índices de crescimento. Muitas metrópoles mundiais tiveram redução de suas taxas anuais de crescimento populacional, com aumento dessas taxas nas suas áreas suburbanas e nos centros menores; evidentemente, o emprego também se afastou das grandes cidades.¹² Esse quadro reforça a tese de que a facilidade das redes de comunicações ampliou a possibilidade de acesso às informações entre os lugares, reduzindo a importância dos grandes sobre os pequenos centros e do urbano sobre o rural.

No Brasil, os resultados do último Censo Demográfico também apontam um declínio nas taxas de crescimento das metrópoles, colocando em pauta a desconcentração populacional das áreas metropolitanas e marcando nitidamente o fim da hegemonia de São Paulo e Rio de Janeiro na participação da população total das regiões metropolitanas. Estudos realizados para o Estado de São Paulo, cuja Região Metropolitana (RMSP) apresenta taxas anuais de crescimento inferiores às do próprio Estado, demonstram que efetivamente ocorre uma alteração na dinâmica demográfica até então verificada.

Com a interiorização do desenvolvimento industrial, viabilizada a partir de investimentos públicos em infra-estrutura e alta tecnologia em cidades do interior paulista, associados à reciclagem do sistema viário articulando as regiões, ao adensamento da rede de estradas vicinais e à implementação do complexo hidroviário Tie-

¹² BERGHOLZ, André. *Novas tecnologias e a estruturação do espaço*. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 5., 1993, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUR, 1993. v.2, p.805-829.*

tê/Paraná, houve um fortalecimento das economias regionais, favorecendo a redistribuição espacial da população no Estado. A elevação das taxas de crescimento em regiões do interior evidencia o arrefecimento do crescimento da RMSP, iniciado na década de 70 e que apresentou saldo migratório negativo no período 1980-91.¹³

Nesse estado, as regiões que apresentaram maior crescimento foram exatamente aquelas localizadas próximas ou até contíguas à RMSP, levando a crer que a desconcentração industrial procura novas economias de aglomeração.¹⁴ No Paraná, o processo de desconcentração espacial da metrópole de Curitiba ainda se dá, em maior proporção, na direção dos demais municípios de sua própria área metropolitana, em continuidade ao processo de periferização do pólo.

Uma análise do comportamento demográfico das Regiões Administrativas (RAs) do Estado do Paraná¹⁵ demonstra que, além da RA de Curitiba,¹⁶ a intensidade de crescimento da população urbana também apresenta valores superiores à média do Estado no período 1970/80 em algumas regiões do Extremo-Oeste e do Sudoeste do Estado (6% a.a.). Porém, no período seguinte, desse conjunto de RAs, apenas Curitiba e Cascavel repetem os valores elevados (3% a.a., média de crescimento do Estado no período), e as RAs de Maringá e Ponta Grossa passam a apresentar crescimento significativo (tabela 7): esta, por estar inserida no complexo econômico metropolitano e participar de sua dinâmica; aquela, por estar inserida no complexo econômico do Norte do Estado, cuja dinâmica, de certa forma, recebe os reflexos da interiorização da indústria paulista.

TABELA 7 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA, DO PÓLO E DOS DEMAIS MUNICÍPIOS - PARANÁ - 1970/1980 E 1980/1991

RA	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)					
	1970/1980			1980/1991		
	RA	Pólo	Demais	RA	Pólo	Demais
Paranaguá	3,0	3,2	2,4	2,7	2,5	3,3
Curitiba	6,9	5,6	12,1	3,2	2,3	5,4
Ponta Grossa	4,5	4,3	4,8	3,1	2,3	4,2
Jacarezinho	3,0	2,1	3,2	2,6	2,2	2,7
Comélio Procópio	2,2	2,1	2,3	2,4	2,1	2,5
Londrina	5,0	4,9	5,1	2,8	2,9	2,6
Apucarana	3,2	4,3	2,4	2,2	2,3	2,1
Maringá	4,6	4,7	4,4	3,7	3,4	4,1
Paranavai	3,2	3,3	3,1	1,8	1,5	1,9
Umuarama	3,8	5,7	3,1	1,9	2,4	1,7
Campo Mourão	5,3	5,4	5,2	3,0	4,2	2,4
Cascavel	13,3	12,2	14,0	4,1	4,2	4,0
Francisco Beltrão	7,2	7,5	7,1	2,9	4,3	2,3
Peto Branco	6,5	7,1	6,2	2,7	2,9	2,5
Guarapuava	8,9	6,9	12,4	2,3	3,3	0,5
União da Vitória	5,4	4,4	7,2	2,3	1,1	3,9
Irali	3,2	3,7	2,8	3,0	2,9	3,2
Toledo	9,1	9,8	8,9	2,9	5,9	1,6
Naiporã	5,8	4,7	6,4	2,5	0,8	3,2

FONTE: IPARDES

NOTA: Dados brutos extraídos de Censo Demográfico - IBGE.

¹³ BÓGUS, Lúcia M.M.;
BAENINGER, Rosana.
Redesenhando o espaço no interior paulista: desconcentração e expansão urbana. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: SEADE, v.9, n. 3, p.62-70, jul./set. 1995.

¹⁴ CAIADO, Aurélio S.C.
Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: SEADE, v.9, n.3, p.46-53, jul./set. 1995.

¹⁵ *As Regiões Administrativas foram instituídas pelo Decreto Estadual 2.441/88 e definidas a partir de estudos de polarização. Como anexo deste trabalho encontra-se um mapa da divisão do Estado nestas unidades administrativas.*

¹⁶ *Além da RMC, a RA de Curitiba agrega nove municípios de outras microrregiões homogêneas contíguas.*

A relação entre o grau de crescimento do pólo e dos demais municípios das RAs apresenta certa nitidez no que se refere ao reforço de uma rede urbana polarizada e à emergência de aglomerações, num processo similar ao verificado no Estado de São Paulo, guardadas as proporções. Nos dois intervalos analisados, seis RAs têm no pólo as maiores taxas de crescimento ao ano – Apucarana, Umuarama, Campo Mourão, Francisco Beltrão, Pato Branco e Toledo (ver tabela 7). Exceto Apucarana, que faz parte do complexo econômico do Norte do Estado, posicionando-se no intermédio das aglomerações urbanas de Londrina e Maringá, todas as demais estão localizadas nas porções Noroeste, Extremo-Oeste e Sudoeste do Estado, regiões onde a economia se pauta fundamentalmente em atividades agropecuárias e agroindustriais. Nessas regiões, o peso do pólo na população urbana da RA é inferior a 50%, mas vem crescendo desde 1970, reforçando a polaridade da sede (tabela 8).

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DO PÓLO NA POPULAÇÃO URBANA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA EM 1970, 1980 E 1991 E PARTICIPAÇÃO DA RA NA POPULAÇÃO URBANA DO ESTADO DO PARANÁ - 1991

RA	PÓLO/RA			RA/POP. URBANA DO ESTADO	
	1970	1980	1991	1991	
Paranaguá	66,9	68,8	66,9	2,3	
Curitiba	85,2	75,2	68,1	31,1	
Ponta Grossa	59,9	58,6	53,3	6,7	
Jacarezinho	19,8	18,1	17,3	2,8	
Cornélio Procopio	23,0	22,6	21,8	3,0	
Londrina	62,2	61,6	62,3	9,5	
Apucarana	39,6	44,2	44,7	3,1	
Maringá	51,6	52,5	50,7	7,5	
Paranavaí	35,2	35,6	34,6	3,0	
Umuarama	23,8	28,8	30,3	4,1	
Campo Mourão	27,6	27,9	32,0	3,8	
Cascavel	40,5	36,1	36,5	8,3	
Francisco Beltrão	25,9	26,6	31,1	2,4	
Pato Branco	32,3	34,4	35,5	2,0	
Guarapuava	70,7	58,3	65,5	3,1	
União da Vitória	67,1	60,6	53,1	1,2	
Irati	50,4	52,6	51,8	1,0	
Toledo	23,7	25,3	35,2	3,5	
Ivaiporã	34,9	31,1	25,8	1,8	

FONTE: IPARDES

NOTA: Dados brutos extraídos do Censo Demográfico - IBGE.

Em outras seis RAs – Curitiba, Ponta Grossa, Jacarezinho, Cornélio Procopio, União da Vitória e Ivaiporã –, o conjunto dos municípios, excluindo o pólo, é que apresenta as mais elevadas taxas de crescimento, desde o primeiro intervalo. A partir do segundo intervalo, outras quatro RAs passam a apresentar o mesmo comportamento – Paranaguá, Maringá, Paranavaí e Irati. Na maioria delas, a participação da população do pólo sobre o conjunto da região é elevada, mas vem decrescendo ao longo dos períodos analisados.

Similarmente ao Estado de São Paulo, no Paraná o maior crescimento dos municípios nos arredores dos pólos regionais não se restringe à área metropolitana, mas guarda relação com as áreas onde o maior dinamismo se dá nas atividades econômicas. Dentre o conjunto das dez RAs que apresentam esse comportamento, seis fazem parte dos complexos econômicos com formação de aglomerações ou situam-se em suas extremidades.

As RAs de Londrina, Guarapuava e Cascavel apresentam comportamento distinto: no primeiro período, seus pólos regionais cresceram menos que o conjunto dos demais municípios da região, invertendo-se a situação no segundo período. A RA de Londrina, no entanto, já no primeiro período experimentava um crescimento substantivo do pólo, fortemente superado apenas por Cambé, que aliás conforma, com Londrina, uma mancha urbana única. Na RA de Guarapuava, também o pólo cresceu fortemente no primeiro decênio, e os incrementos expressos pelas elevadas taxas dos demais municípios não correspondem a grandes volumes de população, pois estes constituem, em geral, pequenos centros urbanos. A RA de Cascavel, por sua vez, excluindo o pólo, teve no primeiro período o crescimento do conjunto de municípios muito condicionado pelo afluxo intenso de população em Foz do Iguaçu, decorrente das obras da hidrelétrica de Itaipu.

A distinção que se faz entre estes conjuntos de RAs de certa forma reforça o redesenho da urbanização do Estado em dois sentidos:

- a) a formação de aglomerações – com contigüidade da mancha de ocupação ou simplesmente pelo reforço da integração funcional das cidades –, onde a urbanização atinge maiores níveis de complexidade e os fluxos de relações se entrelaçam numa diversidade de funções e em conexões que muitas vezes transcendem os limites do Estado;
- b) a consolidação de centros de médio porte, com aumento da atratividade e de sua capacidade de polarização e o fortalecimento de seu papel na rede urbana do Estado.

A redistribuição espacial da população no Paraná, assim como no Estado de São Paulo, também confirma a tese de que “a dispersão da migração pelo interior, contudo, não significou uma contra-tendência no processo de urbanização, pelo contrário, foi um reforço àquela tendência”.¹⁷

Isso se torna evidente pela formação de novas concentrações. Se hoje a RA de Curitiba participa com mais de 30% da população

¹⁷ CAIADO, p.47.

urbana do Estado, já disputam pontos nessa participação também as regiões de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel – todas concentrando mais de 500 mil habitantes segundo o último Censo.

Outra evidência reside no fato de que, das 19 RAs instituídas, em 1970 apenas três tinham mais que 50% da população nas áreas urbanas (Curitiba, Paranaguá e Londrina). Essa relação inverte-se profundamente: em 1991, apenas quatro têm mais que 50% de sua população vivendo nas áreas rurais (Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati e Ivaiporã) e seis¹⁸ têm mais que 75% da população morando nas cidades. Estes dados permitem agregar mais um ponto no redesenho da dinâmica da urbanização no Estado: a generalização do processo e certamente sua irreversibilidade.

Este quadro, no que se refere a uma alteração no padrão de organização dos espaços urbanizados, guarda também semelhança com a realidade paulista, onde o processo de modernização aponta traços que inequivocamente unificam a rede urbana numa mesma tendência de transformação nos modos de organização da vida urbana, possibilitada pelo avanço tecnológico e pelos sistemas de comunicações, associados à internacionalização dos mercados de bens e de serviços e à disseminação de formas novas de consumo. As “cidades se transformam não apenas pelo impulso do seu próprio dinamismo local mas, cada vez mais, pelo efeito dos circuitos dinâmicos de atividades e de estímulos, que resultam de decisões e iniciativas que ultrapassam essas cidades”.¹⁹

Ao mesmo tempo em que se generaliza o acesso ao moderno generaliza-se também a problemática da segregação. Contrapondo a facilidade das comunicações, que faz com que pequenos municípios do interior estejam conectados a redes mundiais (parabólicas já compõem o cenário rural paranaense com a mesma naturalidade que as extensas plantações de soja, ou os tratores e colheitadeiras), no Paraná, não só as aglomerações do norte e oeste do Estado reproduzem a lógica da ocupação da RMC, opondo áreas nobres e modernas a espaços periféricos segregados, mas também os centros de médio porte e muitos dos pequenos repetem as contradições dos centros maiores.

Hoje, tem-se nítido o redesenho da ocupação urbana do Estado, porém pairam ainda muitas questões quando se pretende ensaiar suas tendências. Presume-se que as novas tecnologias e o movimento das grandes corporações redirecionarão a distribuição espacial da população, alterando os padrões regionais até então vigentes e redimensionando o espaço rural como um espaço totalmente integrado à dimensão do urbano. A rede urbana se confirmará como uma ins-

¹⁸ RAs de Paranaguá, Curitiba, Londrina, Apucarana, Maringá e Cascavel.

¹⁹ GONÇALVES, Maria Flora. Dinâmica recente da urbanização paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 5., Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUR, 1993. v.2, p.643.

tância além do regional, integrando-se agora numa hierarquia funcional entre cidades no contexto da economia capitalista mundial.

Com a globalização da economia, as cidades assumem um papel fundamental na atração de atividades e investimentos; para tanto, aperfeiçoam e adaptam seus atributos às novas exigências de investidores e mercados. Ao se integrarem no novo circuito, passam a estabelecer relações diretas com distantes lugares do mundo, reproduzindo em menor escala o padrão das cidades globais. Ao sediarem atividades econômicas nacionais e internacionais que se desenvolvem independentemente de seu meio geográfico local ou regional imediato, as cidades alteram a hegemonia da rede urbana funcionalmente hierarquizada, desregionalizando o sistema urbano.²⁰ No entanto, no caso do Paraná ainda é prematuro assegurar que implicações trarão essas transformações na dinâmica das relações que serão estabelecidas entre os centros.

É possível afirmar que as áreas intra-urbanas assumirão novas feições com a aceleração de tendências globalizantes. Metrôpoles e grandes centros estarão se descentralizando, misturando novas e velhas formas, onde a dinâmica do desenvolvimento já não será determinada por um modelo singular de polarização com padrão de ocupação a partir do centro. Além disso, no cotidiano das cidades, os fluxos de relações vêm provocando conflitos entre o global e o local. As decisões, os apelos e o discurso da globalidade criam novos hábitos e demandas que conflituam com necessidades próprias. Da mesma forma, apenas uma parcela dos segmentos da população das cidades participa da formulação de modelos e propostas. À grande maioria não é permitida a interferência na decisão quanto ao seu próprio destino, o que provoca reações de irresponsabilidade e descompromisso, por um lado, ou de confronto, por outro, fragilizando a ordem interna das cidades.

A despeito das inovações tecnológicas, ou em consequência delas, a densidade e a intensidade da ocupação das aglomerações configuradas também provocam severos danos à qualidade do ambiente, seja pela falta de um controle eficaz sobre as áreas e as formas de ocupação e uso, seja pela falta de disciplina quanto à emissão de poluentes, deposição de detritos, etc.

Nesse sentido, um dos mais graves problemas da RMC, e seguramente de inúmeras outras aglomerações urbanas brasileiras, é o avanço da ocupação urbana e de usos diversos sobre áreas de mananciais hídricos, não só comprometendo o futuro do abastecimento de água potável para a região, mas também alocando parcelas de populações em áreas vulneráveis a inundações.

²⁰ BENKO, Georges. *Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX*. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994. p.51-71.

É importante observar que, na tentativa de minimizar os efeitos das deseconomias de aglomeração, inúmeros esforços materializam-se em soluções criativas e eficazes. São experiências locais de gestão participativa, algumas voltadas a descentralizar ações setoriais, otimizar recursos e suprir necessidades básicas. Tais empenhos, pelo alcance da veiculação na mídia, vêm criando uma certa disputa entre as cidades. Mesmo que, evidentemente, não recompõem a ordem urbana, essas experiências surtem grande efeito como elementos de conscientização e orientação das reivindicações da sociedade organizada.

A magnitude da população, que transforma os espaços, e a ampliação do quadro de excluídos fazem com que nas aglomerações também se torne mais difícil erradicar a pobreza – uma marca do excludente processo de urbanização. Enquanto os indicadores das condições de vida da população apontam para uma melhoria relativa nas áreas urbanas, cabendo ao rural os piores índices, o número absoluto das carências é efetivamente elevado e concentrado nas áreas periféricas das aglomerações, constituindo um desafio que exige mais que soluções locais criativas.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO PARANÁ - 1992

